



VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL EM DOURADOS-MS

Adilina Menezes FRANCISCO (PPGedu / UFGD - Dourados)¹
Andreia Nunes MILITÃO (UEMS/UFGD - Dourados)²
Eixo II - Políticas Educacionais.

RESUMO: A pesquisa tem como objeto de análise a valorização dos trabalhadores da educação não-docentes que atuam em escolas estaduais localizadas na região central e na periferia da cidade de Dourados – Mato Grosso do Sul. Os objetivos da presente pesquisa compreendem: a) analisar os elementos constitutivos da valorização dos profissionais da educação dos servidores escolares estaduais; b) problematizar os efeitos das condições de trabalho sobre o adoecimento dos trabalhadores. Parte-se da hipótese que a maioria dos profissionais da educação estadual desconhecem que a garantia de condições de trabalho adequadas é um direito e um dever dos órgãos responsáveis. Ancora-se em abordagem qualitativa e recorre aos procedimentos de questionário e entrevistas para a coleta de dados. A questões que norteiam esta pesquisa procuram responder: Os profissionais da educação/funcionários administrativos se sentem valorizados no trabalho? Estes trabalham em condições adequadas? Como se dá sua no interior da escola? Há o reconhecimento como profissionais da educação não pertencentes ao quadro do magistério sobre o seu papel no processo educacional? Conclui-se que os funcionários administrativos não se sentem valorizados pelos membros da comunidade escolar, nem mesmo pelo poder público. Acessar cursos profissionalizantes não gerou ganhos salariais do mesmo modo que não passaram a ser reconhecidos pelos membros da comunidade escolar.

Palavras-chave: Valorização Profissional. Funcionários de Escola. Educação Básica.

¹ Pós-graduanda em educação no nível de Mestrado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bolsista pela CAPES, licenciada em pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Dourados/MS. Email:linamenezesf@gmail.com.

² Professora Adjunta Doutora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, atuando nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Letras/Espanhol e docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Nível de Mestrado). Email:andreianunesmilitao@gmail.com.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa em tela³, emerge de problematizações em torno das experiências no âmbito profissional como servidora estadual da educação⁴. Tais sujeitos são denominados no aparato legal por "profissionais da educação".

Deste modo, objetivou-se nesta pesquisa compreender e analisar elementos constitutivos da valorização destes profissionais da educação nas escolas estaduais de educação básica em Dourados, bem como problematizar os efeitos das condições de trabalho e adoecimento destes trabalhadores.

Nossa percepção é de que a maioria dos profissionais da educação estadual desconhecem seus direitos e que a garantia de condições de trabalho é um dever dos órgãos responsáveis. Soma-se a esta premissa que o Plano de Cargos e Carreira, enquanto instrumento legal, assegura seu crescimento profissional e condições de trabalho adequadas e isso não é acessado pelos servidores da escola.

Optamos por analisar uma questão que focalizaria as percepções sobre valorização na condição de profissional administrativo da educação básica, deste modo elegemos a questão: Você se sente valorizado na função que exerce como parte do administrativo? Nestas entrevistas buscou-se verificar as contradições e particularidades e se estes interagem e participam dos processos de decisão no interior da escola.

Para melhor compreensão da pesquisa, organizamos seções que apresentaram o delineamento metodológico do trabalho que se aporta em abordagem qualitativa e adota como instrumento de coleta de dados o questionário e a entrevista; problematiza-se o conceito de profissionais de educação, com ênfase nas condições de trabalho, nos riscos de adoecimento e nos planos de cargo e carreira; as políticas públicas voltadas para esses servidores, e o curso técnico de profissionalização; apresentaremos os dados coletados e a análise dos mesmos buscando responder as questões que a pesquisa ensejou; considerações finais e referências.

³ Foi produzida enquanto acadêmica, para conclusão de curso em licenciatura – pedagogia, realizada entre os anos de (2019-2020), na instituição de ensino, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Dourados/MS, com a orientação da Professora Doutora Andréia Nunes Militão.

⁴ Servidora pública estadual, na função de agente de atividades educacionais, a nove anos, em escola central no município de Dourados-MS.



DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa mencionada ancora-se em abordagem qualitativa e pauta-se em Alves e Silva (1992, p.01) numa abordagem que “se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade a o universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa”.

Realizou-se o mapeamento da produção utilizando os seguintes descritores “servidores administrativos escolares”, “Profuncionário”, “valorização e condições de trabalho” e “profissionais da educação não docente”. Percebeu-se que existem poucos estudos referentes a estes profissionais pois foram encontrados 320 estudos que relacionavam-se aos descritores, mas, apenas 45 eram sobre os servidores administrativos.

Nesta fase do trabalho, realizamos a pesquisa documental, pois como afirma Godoy (1995, p.24), pressupõe uma análise antecipada, uma fase de organizações das leituras dos documentos, objetivando a pesquisa e o campo de focalização, analisando os dados obtidos, “torna-los significativos e válidos”, tais interpretações devem segundo o autor referenciado “ir além do conteúdo manifestado dos documentos”.

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi o questionário e a entrevista, o questionário segundo Rosália Duarte (2004, p.215) trata a entrevista como fundamental para mapear “crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”.

Os respondentes da pesquisa selecionados são servidores administrativos atuantes na educação básica em escolas estaduais de Dourados – MS, que exercem diferentes funções e atuam em diversos espaços da instituição escolar, tais como limpeza, portaria, inspeção de alunos, secretária e cozinha. A pesquisa foi realizada em oito escolas, a um total de sessenta e dois respondentes

O questionário fechado foi organizado para captar o perfil desses profissionais, por isso contemplam quatorze questões pessoais e treze questões profissionais. A pesquisa foi realizada entre novembro e dezembro de 2019. Outro instrumento de coleta de dados foi a entrevista, pessoal aberta, foi autorizada pelos respondentes e gravada para posteriormente ser transcrita e analisada, dentre os



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

sujeitos que aceitaram participar do questionário apenas vinte e seis aceitaram em participar da entrevista, a entrevista buscou focalizar a valorização, as condições de trabalho e a participação na gestão escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Adota-se neste trabalho, o conceito de valorização dos profissionais da educação para a análise destes servidores escolares. No que tange valorização corroboramos com Costa (2019, p. 20) quando afirma que "[...] a valorização do seu trabalho também implicará em melhor qualidade da educação prestada, ou seja, valorizar o trabalhador educador também implica, por via oblíqua, valorizar toda a qualidade do ensino".

Cabe destacar, contudo, de acordo com os estudos de Bessa (2016), que ao longo da história da educação brasileira este reconhecimento profissional "se traduz em incessante trabalho de conquista, garantia e ampliação de direitos, deve contar com o engajamento intenso de cada funcionário e deve envolver a todos os profissionais da educação, a comunidade escolar [...]" (BESSA, 2016, p. 206)

Neste viés analítico, Costa (2019) afirma que "não podemos supor que, por existirem normas constitucionais e infraconstitucionais assegurando a valorização do trabalho, só por isso tal objeto já estaria sendo atendido [...]". Portanto, a busca por reconhecimento está para além da formulação de leis, mas precisam da concretude ou materialização dessas políticas públicas, de modo que alcance as necessidades e reconhecimento visto por todos os atores da escola e comunidade (COSTA, 2019, p. 22).

Localiza-se no documento do CONAE (2010, p.26) valorização envolvendo muitos atores da educação, buscando a extensão da "valorização dos profissionais da educação pública e privada (professores/as, técnicos/as, funcionários/as administrativos/as e de apoio) em sua formação inicial e continuada, carreira, salário e condições de trabalho" (CONAE, 2010, p. 26).

O Eixo 4 do CONAE/2010 intitulado "Formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação", enfatiza que nas últimas décadas estes profissionais tiveram maior reconhecimento. De acordo com o Documento, o termo profissionais da educação "se constitui como recorte de uma categoria teórica que retrata uma



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

classe social: a dos/das trabalhadores/as. Assim, refere-se ao conjunto de todos/as os/as trabalhadores/as que atuam no campo da educação". O termo destacado "se refere aos professores bem como a especialistas e funcionários de apoio técnico-administrativo" (CONAE, 2010, p. 77).

Outro fator importante que acarreta prejuízos à saúde dos trabalhadores nos estudos de Chaves e Garrido (2010) refere-se:

Essas condições são a excessiva demanda laboral (intensificação dos tempos de trabalho, exigências derivadas do trabalho com estudantes), a falta de apoio social para o trabalho docente (fundamentalmente de quadros de direção e autoridades), o sentido (possibilidade de vincular o trabalho docente com valores e objetivos não instrumentais em escolas públicas, em crise) e a gestão das relações da escola com entornos comunitários problemáticos (que muitas vezes implica em uma alta exposição ao risco de violência). (CHÁVEZ; GARRIDO, 2010, p. 02).

Cabe registrar que estes profissionais da educação/funcionários no que tange suas conquistas em anos de lutas para serem reconhecidos como educadores não docentes, conquista esta fidedigna com amparo legal em BRASIL (2009), Lei 12.014/09, que discriminou na Lei 9394/96, lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), alterando o art. 61, as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação, aliados aos docentes, implicando para o alcance da mesma, a formação específica com habilitação, como consta na Área 21 Profissional, (Resolução nº 5, de 22 de novembro de 2005), oferecendo cursos técnicos para que sejam considerados também profissionais da educação.

De acordo com Brasil (2016), o Plano de cargo e carreiras dos servidores assegura seu crescimento profissional como em seu art. 20, inciso II que trata sobre o adicional nos proventos para "professores, especialistas em educação, profissionais da educação", desde que realizem curso de licenciatura.

a) pela realização de curso de pós-graduação *lato sensu* concluído em sua área de atuação na Educação Básica, por instituição credenciada na área da educação, com percentual de _____ sobre o vencimento básico; b) pela realização de curso de mestrado concluído em sua área de atuação na Educação Básica, por instituição credenciada na área da educação, com percentual de _____ sobre o vencimento básico; c) pela realização de curso de doutorado concluído em sua área de atuação na Educação Básica, por instituição credenciada na área de educação, com percentual de _____ sobre o vencimento básico. (BRASIL, 2016, p.81).



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

Os servidores possuem enquadramentos designados por letras (A, B, C, D, E, F e G) com subdivisões de acordo com o tempo de serviço e desempenho funcional, bem como formação (BRASIL, 2016, p. 56).

No que tange esta valorização, pesquisas feitas no Estado do Mato Grosso do Sul, indicam que já houveram iniciativas buscando uma educação de qualidade, bem como cumprir leis que favorecem os funcionários da educação. Por meio da Escolagov⁵ através da Lei nº 2.155 de 26 de outubro de 2000 "visando a promoção, valorização, capacitando os servidores, 'elevando o nível de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados ao cidadão', tem buscado profissionalizar os servidores do MS, totalizando 7.600 nas modalidades a distância e presencial. Percebe-se também que a maior parte das vagas são oferecidos para a capital Campo Grande, e o último oferecido foi em 2018, segundo os editais. (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Em contrapartida, Dourado (2016, p. 52) observou que ficará difícil cumprir com melhores formações, pois de acordo com "a Proposta de Emenda à Constituição PEC 241/2016, ao prever que as despesas do governo federal por 20 anos, a partir de 2017, sejam corrigidas apenas pela inflação do ano anterior, vai comprometer sobretudo as áreas sociais, especialmente saúde e educação". Em que pese, as manifestações contrárias das entidades sindicais, dos movimentos sociais e da sociedade civil, essa "PEC da Morte" foi aprovada sob o número de EC n. 95/2016.

Deste modo no Governo Temer, por 20 anos teria um teto de gastos no orçamento da União, assim foram congelados os gastos em segurança, saúde, educação, e transporte, apenas sendo repostos as perdas inflacionárias conforme o ano anterior.

No que tanges estes cortes nos recursos, outro ponto importante foi a PEC 32 de 2020, uma reforma administrativa do governo Bolsonaro que tira estabilidade dos servidores públicos, estes ingressam com tempo de serviço indeterminado, cria-se também categorias intermediárias, equiparando as remunerações que já não é de qualidade, fragilizando direitos dos funcionários, já que no texto pode-se extinguir cargos por simples decreto sem passar pelo legislativo. Os novos efetivos depois de

⁵ Escolagov- Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul. Para mais informações, consultar: www.cursos.ms.gov.br/Escolagov



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

aprovados por concurso público passarão por avaliações de desempenho e de aptidão podendo ser dispensado, e retira também benefícios dos servidores.

PESQUISA DE CAMPO

Após localizarmos na produção do campo educacional e no arcabouço legal elementos para a valorização dos profissionais da educação, empreendemos a pesquisa de campo.

Deste modo, a pesquisa foi realizada apenas nas escolas da rede estadual situadas no município de Dourados-MS. Este, possui 29 escolas vinculadas a rede, assim selecionamos 8 escolas que aceitaram participar da pesquisa para a aplicação do questionário e da entrevista. Os respondentes foram os agentes de atividades educacionais (limpeza, portaria, inspeção, secretária e cozinha).

Inicialmente aplicamos o questionário estruturado fechado com trinta e sete perguntas de perfil pessoal e profissional, junto a sessenta e dois respondentes, após o questionário foram realizadas as entrevistas que foram antecipadamente autorizadas e gravadas para serem transcritas, participaram da entrevista vinte e seis respondentes.

A escola A, tivemos um total de oito respondentes; a escola B, tivemos quatro respondentes; a escola C, tivemos 17 respondentes; na escola D, foram 5 respondentes; na escola E, foram quatro; na escola F, foram quatro; na escola G, foram 6 respondentes; na escola H, foram 13 respondentes.

A partir dos dados oriundos da aplicação dos questionários depreende-se que os trabalhadores em sua maioria são servidores concursados, com remuneração média de até dois salários mínimos. Com a faixa etária predominante entre os 30 anos e 50 anos, possuem ensino médio completo e recorrem aos serviços médicos para tratamento de doenças ocasionadas por esforço físico laboral.

Outro elemento captado foi que suas funções permanecem as mesmas sem um plano de cargos e carreira, mesmo a maioria possuindo o curso técnico Profuncionário oferecido pelos órgãos públicos. No que se refere ao tempo de serviço, a maioria dos respondentes exercem a função entre 6 e 20 anos. A maioria dos respondentes não participam das atividades na escola tais como Conselho Escolar e na elaboração do Projeto Político Pedagógico.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

Embora um número considerável de servidores terem se especializado, tornando-se aptos as funções exercidas, estes não são vistos no cotidiano escolar como educadores. O Funcionário 25 da Escola G afirma que “no sindicato, eles dizem que todos nós somos educadores né, então se todos nós somos educadores porque então nossa classe que trabalha nas escolas agente não somos também todos avaliados e valorizados corretamente”, corroborando com está análise de Bessa (2016):

Nesse sentido, os profissionais precisam reconhecer-se a si mesmos e serem reconhecidos pelo outro (instituições e coletividade do trabalho) como aptos para agir profissionalmente, porque se apropriaram dos conhecimentos da profissão para responder a expectativas sociais em relação ela, definida normativamente pelo direito e planejada pela carreira e na formação. (BESSA, 2016, p. 204).

Neste viés, recorremos a fala do Entrevistado 1 da Escola A que afirma “reuniões de gestão não é chamada para opinar [...] dentre as grandes decisões né que isso devia se pensado né de se incluir todos os agentes escolares né pra decidir o que se pode fazer pra melhora é dentro da escola é da escola como um todo” (F01 - Escola A, 2019).

Deste modo, cabe indagar quando pensamos em valorização profissional, Libâneo (1998) assevera que valorização são todas as maneiras pela qual adquire competência pessoal por meio de teorias ou na profissão. Portanto, a fala do Entrevistado 1 da Escola A, condiz com o autor elencado quando o respondente afirmou sua busca por melhorias mediante formação profissional.

Penso que com todas as pessoas que exercem a função de recepção na escola, né é, estamos muito abandonados por parte do Estado na questão de reajuste salarial, de curso de formação profissional, só tivemos, eu tenho oito anos de funcionária pública efetiva e só tive um treinamento que foi o profuncionário, né não tivemos mais nenhum, não tivemos formação continuada, não temos é um plano de carreira, um plano de valorização salarial. (F01 - Escola A, 2019)

Oliveira (2008, p. 33), em suas pesquisas, aborda esse aspecto, “É nítida a separação entre professores e funcionários e evidente o seu reflexo na organização política e nos processos de terceirização dos serviços de apoio escolar, tais como: vigilância, limpeza e, em alguns casos, até mesmo funções administrativas”.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

De acordo com a autora, a busca desta identidade profissional reconhecida no âmbito de seu trabalho é algo que vai além de políticas públicas de capacitação, a autora indaga "se de fato é possível pensar em uma identidade docente que inclua os que não estão diretamente envolvidos com o ensino" (OLIVEIRA, 2008, p. 34).

Bessa (2016, p. 204) salienta que a busca de valorização é concomitante a "conduta destes profissionais, dos critérios de progressão no emprego, remuneração justa a cada avanço na progressão" bem como a "carreira como o processo de definição da natureza do trabalho específico da profissão".

Deste modo, nos possibilita inferir a fala da entrevistada 16 da escola C, pois em anos de trabalho não houve melhorias na carreira nem mesmo nos proventos.

Tô falando por mim mas acredito que os demais administrativo também não se sinta valorizado, porque nós estamos quase 5 anos sem reajuste o nosso salário não acompanha a inflação, eu quando eu entrei na escola para trabalhar em 98 eu ganhava a média de dois salários mínimos, hoje eu tô com 22 anos de estado eu continuo ganhando dois salários mínimos, quer dizer, passaram 20 anos e eu não tive nenhum apoio nem valorização nenhuma, estudei fiz uma graduação, fiz uma pós-graduação, nós não temos o plano de cargos e carreiras. (F16, Escola C, 2019)

Estes profissionais só permanecem ativos por conta de elementos como a possibilidade de acessarem plano de saúde que conforta as famílias, como afirmado pelo entrevistado 23 da escola F "estamos aqui no administrativo dentro do estado, sabe devido? Há um plano de saúde que a CASSEMS oferece, é a única coisa que segura nós dentro do Estado". A mesma referência foi feita pelo entrevistado 26 da escola F "a única coisa que você pode pensar como vantagem de estar trabalhando pro Estado nesse momento é a questão do plano de saúde, de verdade". Corroborando com a mesma perspectiva, o entrevistado 17 da Escola C afirma "a gente eu acho que a gente fica como funcionário público mais por causa do do plano de saúde".

A amostra revela a desmotivação diante dos proventos, pois não ocorrem aumentos salariais já há alguns anos, não possuem planos de cargos e carreira previsto em lei, bem como o reconhecimento diante de serem também educadores pela comunidade escolar, ainda são vistos como trabalhadores que não precisam de cursos profissionalizantes para exercê-las, por isso estes profissionais não têm responsabilidades na educação final dos discentes, apenas os docentes as tem.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola “Paulo Freire: contribuições para a educação pública”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das percepções que tivemos da pesquisa, os funcionários administrativos, embora já tenham o curso profissionalizante Profucionário, estes educadores não-docentes não se sentem valorizados pelos membros da comunidade escolar, nem mesmo pelo poder público.

De acordo com os entrevistados, os membros da comunidade escolar não os valorizam como educadores. Depreende-se, assim, que esta categoria profissional que tem direitos amparados no Plano Nacional de Educação (PNE), lei 13.005/2014, que “determina metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024”, dentre as 20 metas, observa-se a Meta 19, que visa a participação na gestão democrática, mas na realidade trazida por eles, os mesmos não participam da gestão escolar, não participam da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, não são chamados para reuniões, a não ser que esta seja para a divisão de trabalho.

De acordo com os depoimentos afirmou-se também na pesquisa a baixa remuneração em seus provimentos, indagando o abandono do governo para todo setor administrativo estadual, sem previsão para aumento de proventos, sem implantação de plano de cargos e carreira e nem mesmo melhorias em suas condições de trabalho.

Nesta perspectiva, observamos que mesmo com grandes lutas por valorização na história destes funcionários, com conquistas nas leis que os favorecem, ambos continuam tendo funções consideradas simples que não precisam de profissionalização, mesmo que já as tenham, uma valorização que ainda precisará de lutas para que sejam conquistadas num mundo moderno e tecnológico que emerge para um antiga visão capitalista que o valor do produto é vale mais que o trabalhador e que governantes não buscam por melhorias já que a procura em meio ao desemprego os fortalece.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. **Análise qualitativa de dados de entrevista**: Uma proposta. Paideia, FFCLRP – USP, Rib. Preto, 2, fev/jul, 1992. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/paideia/n2/07.pdf> > . Acesso em: 05 dez. de 2020.

BESSA, Dante D. A carreira dos funcionários da educação: a concepção de formação do Profuncionário. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 10, n. 18, p. 201-214, jan./jun. 2016. Disponível em:< <file:///C:/Users/User/Downloads/659-2076-1-PB.pdf> >. Acesso em: 02 fev. 2016.

COSTA, Wander Medeiros Arena Da: **Flexibilização dos direitos trabalhistas Consequências para o trabalho de professores da iniciativa privada do Mato Grosso do Sul. Dourados**. UFGD: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.

CHAVES, R.C. e GARRIDO, M.P. Condições psicossociais do trabalho. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. Congressos, encontros, seminários de educação: espaços de desenvolvimento profissional ou mercado de entusiasmos? **Revista de Educação AEC**, Brasília: AEC, n. 109, 1998. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/need/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada-libaneo.doc>. Acesso em 03/07/2020, às 13 h. e 29 min.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 2, n. 2-3, p. 29-39, 2008. Disponível em < <file:///C:/Users/User/Downloads/122-550-1-PB.pdf> > acesso em abr. 2020.

FONTES

BRASIL. **Confederação dos trabalhadores em educação**. Disponível em <https://www.cnte.org.br/images/stories/2012/2009_v_3_n_5_361_374.pdf> acesso em 15 de mai. 2020, as 13:00.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino Planos de carreira e remuneração: contribuições para a elaboração e a revisão de planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação escolar básica pública / Organizado por Sérgio Roberto Gomes de Souza. -- Brasília: MEC/SASE, 2016. Disponível em http://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/Planos_Carreira_Remuneracao_Final.pdf acesso em 06 mai. 2020, as 16:05.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 02 de fev. de 2020.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE
Intersecção entre universidade e escola
“Paulo Freire: contribuições
para a educação pública”

BRASIL. **Plano Estadual de Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <http://pee.sistemas.sed.ms.gov.br/Arquivos/TEXT0_BASE_PEE-MS.pdf> Acesso em: 20 de dez. de 2020.

BRASIL. **Resolução N° 5,** de 3 de agosto de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6322-rceb005-10&Itemid=30192>. Acesso em 05 de ago. de 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 95** de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 05 de dez de 2019.

BRASIL. **Lei n° 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n° 2.155,** de 26 de outubro de 2000. Escolagov/MS [Lei 2.155, de 26 de outubro de 2000](http://www.escolagov.ms.gov.br/institucional/legislacao/lei-no-2-155-de-26-de-outubro-de-2000-2/) Autoriza a instituição da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em : <https://www.escolagov.ms.gov.br/institucional/legislacao/lei-no-2-155-de-26-de-outubro-de-2000-2/>>. Acesso em 15 de mai. de 2020.

BRASIL. **Portaria ESCOLAGOV N° 8, de 18 de setembro de 2019.** [Aprova o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul \(ESCOLAGOV\).](http://www.escolagov.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Portaria-n%C2%BA8-Escolagov_RegimP%C3%B3s-sad-VF.pdf) Disponível em: <http://www.escolagov.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Portaria-n%C2%BA8-Escolagov_RegimP%C3%B3s-sad-VF.pdf> Acesso em 15 de mai. de 2020.

BRASIL. **Lei n° 2.155,** de 26 de outubro de 2000. Decreto estadual n° 14.893, de 15 de dezembro de 2017. Portaria Conjunta ESCOLAGOV /SAD n° 2, de 23 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.escolagov.ms.gov.br/institucional/legislacao/lei-no-2-155-de-26-de-outubro-de-2000-2/>> . Acesso em 15 de mai. de 2020.

BRASIL. **Senado Federal.** Lei Federal n° 12.014 de 6 de ago. de 2009. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12014-6-agosto-2009-590195-publicacaooriginal-115365-pl.html>> Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf>. Acesso em 19 de ago. de 2020.

BRASIL, **PEC 32,** de 2020. Disponível em< <https://www.camara.leg.br/noticias/690350-pec-muda-regras-para-futuros-servidores-e-altera-organizacao-da-administracao-publica/>> . Acesso em 17 de dez de 2020.